



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**A dificuldade do professor em relação à inclusão do aluno surdo na rede regular de
ensino Fundamental**

MARIA DA GLÓRIA RUFINO MAIA

ORIENTADORA: Prof.^a Dra. Ana Paula Carlucci

Brasília
2015



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

MARIA DA GLÓRIA RUFINO MAIA

A dificuldade do professor em relação à inclusão do aluno surdo na rede regular de ensino Fundamental

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP, da Universidade de Brasília – UnB/UAB, para obtenção do título de Especialista em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde.

Orientadora: Dra. Ana Paula Carlucci

Brasília
2015

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA DA GLÓRIA RUFINO MAIA

A dificuldade do professor em relação à inclusão do aluno surdo na rede regular de ensino Fundamental

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 28 / 11 /2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

Orientadora: Prof.^a Dra. Ana Paula Carlucci

Membro: Prof.^a Dra. Sueli de Souza Dias

Cursista: Maria da Glória Rufino Maia

Brasília

2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aquele em que acredito, um Ser Superior Único; Deus Pai, minha Fortaleza e meu Refúgio em todos os momentos da vida, principalmente, nas dificuldades encontradas ao longo do desenvolvimento deste trabalho; Porto Seguro mesmo quando não somos dignos, nos permitiu superar os pensamentos negativos, nos fortalecendo e encorajando.

Aos meus familiares que me proporcionaram momentos de tranquilidade e incentivo.

Às professoras Sandra Maria de Rezende Viana, Patrícia Nazário Feitoza Duarte e Ana Paula Carlucci, pela parceria na realização dessa pesquisa.

A todos o meu muito obrigada!

RESUMO

Este estudo reflete e discute a dificuldade do professor em relação ao processo de ensino-aprendizado do aluno surdo. O objetivo foi investigar como o professor e o aluno surdo conseguem cumprir seus papéis no processo de ensino aprendizagem. Participaram da pesquisa cinco professores que atuam com alunos surdos. Para a construção das informações, realizamos uma entrevista semiestruturada sobre as dificuldades encontradas pelos professores que ministram aulas em sala com alunos surdos, como também a sua prática pedagógica. A partir das informações coletadas, constatou-se que o sistema de ensino regular ao longo dos anos vem passando por mudanças significativas. Garantir um processo de escolarização de qualidade é fator imprescindível para a sua integração total, mas podemos dizer que a grande maioria dos professores não estão preparados para ensiná-lo, uma vez que não desenvolvem práticas e estratégias pedagógicas que atendam às necessidades educacionais desses alunos.

Palavras-Chave: Dificuldade, professor, inclusão, aprendizagem.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	07
I FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
1.1 A inclusão do aluno surdo na rede regular de ensino.....	13
1.2 Inclusão: um direito adquirido.....	16
1.3 Critérios para organização escolar do aluno surdo.....	18
II OBJETIVOS.....	20
2.1 Objetivo Geral.....	20
2.2 Objetivos Específicos.....	20
III METODOLOGIA.....	21
3.1 Fundamentação teórica da metodologia.....	21
3.2 Contexto da pesquisa.....	21
3.3 Sujeitos da Pesquisa.....	22
3.4 Materiais.....	22
3.5 Procedimentos de construção de dados.....	23
3.6 Procedimentos de análise de dados.....	23
IV - RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	23
VI CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERENCIAS.....	31
APÊNDICE.....	33
Apêndice A: Roteiro de entrevistas para os professores.....	33
Apêndice B: Transcrição das respostas à entrevista – Professora A.....	34
Apêndice C: Transcrição das respostas à entrevista – Professora B.....	36
Apêndice D: Transcrição das respostas à entrevista – Professor C.....	38
ANEXOS.....	40
Anexo A: Termo de aceite institucional.....	41
Anexo B: Termos de consentimento livre.....	42

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem como tema a dificuldade do professor em relação à inclusão do aluno surdo na rede regular de ensino fundamental na cidade de Cruzeiro do Sul no Estado do Acre. Observamos com frequência a dificuldade dos docentes, a partir de seus relatos carregados de preconceitos e estigmas, frustrações e medo. Sou professora do ensino fundamental, minha primeira experiência com criança com deficiência foi bastante difícil. Foi a partir dela que cheguei à conclusão de que mesmo com toda a experiência, e por maior que fosse, não era suficiente para compreender a diversidade daquela turma. Então para verificar como acontece a inclusão deste aluno surgiu o interesse por essa temática sobre o convívio com pessoas com dificuldade nas escolas comuns pois sabemos que ainda gera muita apreensão entre os que as compõem.

O interesse por essa temática deu-se a partir do trabalho que vem sendo realizado através da educação à distância em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, pois aborda um novo conceito de educação especial, novas práticas de ensino para atender as especificidades. Conviver com pessoas com deficiência nas escolas regulares é comum, mas, mesmo assim, ainda gera muita apreensão entre os outros colegas e muitas vezes até mesmo aos professores.

Muitos educadores encontram dificuldades em desenvolver atividades para crianças com deficiência, pois desconhecem a filosofia da inclusão, que defende uma educação eficaz para todos, sustentada no princípio de que as escolas, enquanto comunidades educativas, devem satisfazer as necessidades de todos os alunos, sejam quais forem as suas características pessoais, psicológicas ou sociais, sendo diagnosticados com deficiências ou não (Sánchez, 2005).

Para estes professores, a educação inclusiva tem sido muito desgastante e, por isso, é vista pela comunidade escolar como um problema. Nesse momento, a grande preocupação cresce e os faz pensar sobre que encaminhamentos podem ser dados a essa situação. Estudos apontam novos desafios a serem enfrentados em sala de aula pelo educador com a inclusão. A este respeito, Kelman (2010, p.38) afirma:

O marco legal da inclusão garante que todos têm o direito de participar como membro ativo da sociedade, inclusive as pessoas com necessidades educacionais especiais. Educação inclusiva se refere não apenas às deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e às altas habilidades.

Nessa nova visão, a inclusão social passa a ser vista como um processo de adaptação da sociedade que:

Durante muito tempo, pessoas que apresentam alguma deficiência foram consideradas incapazes em muitos aspectos, até mesmo em sua competência para poder decidir ou agir. É certo que algumas pessoas que apresentam déficit intelectual podem ter sua capacidade de discernimento reduzida. Entretanto, não é o que ocorre com a maioria das pessoas que têm deficiência. (Idem).

Com as pessoas surdas, não é diferente, pois elas têm uma história marcada pela exclusão, por serem consideradas diferentes e, muitas vezes, incapazes, e, ainda, por terem sido, em sua trajetória, abandonadas, mortas e em outros momentos confinadas em asilos, conventos e demais instituições especializadas e segregadoras do convívio social.

A educação muitas vezes é injusta, reflexo da sociedade que vivemos. Algumas pessoas simplesmente são desprovidas de características físicas e mentais, puni-las, por isso, não é o correto, negá-la a educação é um ato desumano, principalmente quando falamos de crianças. Mas sabemos que por muito tempo essas pessoas foram excluídas. Depois de muitos anos de luta são chamados de “especiais”, assim a inclusão dentro das salas de aula se faz necessária, logo, o presente trabalho tem como tema de estudo A dificuldade do professor em relação à inclusão do aluno surdo na rede regular de ensino Fundamental (SASSAKI, 1997, p. 41).

Então, entendemos a necessidade de aprofundar os conhecimentos, de nos prepararmos melhor para dar suporte ao professor do ensino fundamental e, conseqüentemente, contribuir com a inclusão do aluno com necessidades especiais na rede regular de ensino, em especial ao aluno surdo, uma vez que, sabemos que a escola inclusiva é aquela na qual o ensino e a aprendizagem, as atitudes e o bem - estar de todos os educandos é considerado igualmente importante, onde não há discriminação de qualquer natureza, mas a valorização da diversidade humana como recurso valioso para o desenvolvimento de todos uma escola que busca eliminar as barreiras inerentes ao processo de aprendizagem para educar de forma igualitária todos os membros da comunidade escolar.

Assim, faz-se necessário investigarmos como os professores trabalham com seus alunos de modo que conseguem incluir de fato os alunos surdos na sala de aula. Diante dessa

questão, procuramos investigar a prática pedagógica dos professores, que têm alunos Surdos incluídos na sala de aula.

Para falar sobre inclusão escolar, faz-se necessário repensar o sentido que está se atribuindo a educação, além de atualizar nossas concepções e ressignificar o processo de construção de todo indivíduo, compreendendo a complexidade e a amplitude que envolve essa temática. O foco da investigação visou saber o que eles entendiam por inclusão. A opinião sobre o processo de inclusão dos alunos Surdos em turma de ensino regular e a formação profissional.

Buscando contribuir para a discussão desse tema, o presente estudo nos leva a entender como acontece o processo de inclusão a partir das metodologias utilizadas para o ensino – aprendizagem do aluno surdo. Além disso, quer identificar como os sistemas de ensino e as escolas concebem à educação inclusiva.

E, por fim, descrever quais os mecanismos de comunicação entre os alunos surdos e ouvintes na escola. Diante dos relatos até então mencionados, apresento as questões de estudos que até o presente momento tem direcionado a construção desse trabalho.

Assim, o projeto de pesquisa surgiu da necessidade de aprofundar os conhecimentos, de preparar – se melhor para dar suporte ao professor do Ensino Fundamental e, conseqüentemente, contribuir com a inclusão do aluno com necessidades educacionais na rede regular de ensino, em especial o aluno surdo.

Para a realização desta pesquisa foi desenvolvida para coleta de dados a técnica da observação, tendo como recurso metodológico aplicação de uma entrevista. Tendo como sujeitos dessa pesquisa professores, levando sempre em conta como são desenvolvidas as metodologias pelo professor para que aconteça a aprendizagem do aluno surdo.

Assim, para falar desse tema fizemos uso de renomados autores do campo da surdez, como: Sassaki, (1997), Coll (2010), Luckesi (1999), Felipe (2001) e Fernandes (2007) apresentam discussões sobre o processo de inclusão dos alunos com deficiência na escola regular, dentre as discussões pertinentes enfocam: Como esse aluno aprende; como a aprendizagem acontece, o professor e sua formação; o trabalho pedagógico na sala de aula; os discursos dos professores em torno do aluno com deficiência.

O presente trabalho consiste em apresentar uma pequena previa do trabalho como todo. Sendo que no primeiro capítulo aborda dificuldade do professor em relação à inclusão do aluno surdo na rede regular de ensino fundamental, fazendo uma abordagem histórica da pessoa com deficiência, em especial o surdo, também demonstra o que está assegurado nas leis: Declaração de Salamanca (Brasil,1994), e Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e o segundo capítulo apresenta a pesquisa realizada com os professores da escola, faz uma análise de como está acontecendo o ensino aprendizagem na sala de aula do aluno surdo na rede regular do ensino fundamental. E, por fim, as considerações finais que retomam as discussões mencionadas apresentando as repostas às questões de estudo, os principais resultados da pesquisa a cerca dessa experiência.

I FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta pesquisa pretende apresentar a realidade educacional brasileira, especialmente no que tange a formação docente e suas prerrogativas legais e institucionais, como implicação para a melhoria do processo escolar. Para tanto, faz-se um relato global da educação superior, apresentando-se um breve histórico, a evolução, os números, as leis e normas que regem a educação superior e, como acontece o processo de formação docente nas instituições de ensino superior brasileiras.

Assim, o repensar e o reconstruir a profissão, sobrepostos ao saber fazer do docente na atualidade, impõem a necessidade de elevar o olhar também sobre os cursos de formação destinados a este professorado. De acordo com Guimarães (2005 p. 35),

A formação continuada é uma exigência para toda a atuação do homem, uma vez que a realidade se transforma constantemente. Essa afirmação é tão ou mais verdadeira ainda em se tratando do trabalho educativo, especificamente escolar. Isso porque o professor atua num contexto que envolve muitos sujeitos, muitas motivações, o que desencadeia situações singulares, às vezes desconhecidas e imprevisíveis.

Assim, nas primeiras décadas, do século XX, as reformas educacionais, ajudariam no amadurecimento da percepção coletiva da educação como um problema nacional. Em 1932, um grupo de educadores, 25 homens e mulheres da elite intelectual brasileira lançou um manifesto ao povo e ao governo que ficou conhecido como Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932, que foi capitaneado pelo educador brasileiro Anísio Teixeira, que delineou importantes caminhos a serem seguidos pela educação brasileira.

Entretanto, foi somente após a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional – lei nº 4.024, de 1961 -, que o primeiro Plano Nacional de educação surgiu, em 1962. Era basicamente um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem alcança num prazo de oito anos.

Em 1966, uma nova revisão, que se chamou Plano Complementar de Educação, introduziu importantes alterações na distribuição dos recursos federais, beneficiando a implantação de ginásios orientados para o trabalho e o atendimento de analfabetos com mais de 10 anos.

Em 1988, a Constituição Federal contempla em seu artigo 214, a obrigatoriedade de um plano nacional com força de lei, capaz de conferir estabilidade às iniciativas governamentais na área de educação.

A Lei n.º 9.394 de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, determina nos artigos 9º e 87, que cabe à União a elaboração do Plano, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e institui a Década da Educação.

O Plano de Educação Nacional, aprovado em 2001 pelo Congresso Nacional, teve como suporte na sua elaboração, o Plano Decenal de Educação para Todos, preparado de acordo com as recomendações da reunião organizada pela UNESCO, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1993.

No artigo 62 desta Lei, está explícito que a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á sem nível superior, em cursos de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

Esta exigência vem a ocorrer somente a partir da promulgação da lei com instituição da “década da Educação” a partir de 1997. As modalidades e instituições formadoras de professores para a Educação Básica. A este respeito Gonçalves e Peres (2002), afirmam que:

O professor que atua nas séries iniciais do Ensino Fundamental deverá ter formação em uma das seguintes modalidades: Faculdades de Educação, Cursos de Pedagogia; Escola Normal Superior; Escola Normal de Nível Médio; Institutos Superiores de Educação (ISEs) e nas Licenciaturas Parceladas. Já os professores que atuam na segunda fase do Ensino Fundamental e no Ensino Médio a formação pode se dar nas Licenciaturas Plenas, nas Unidades; nos ISES. A proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da Educação Básica, em cursos de nível superior, atende ao artigo 5º do Decreto 3.276/99.

Os documentos que dão suporte a sua elaboração são: 1. Princípios prescritos pela LDB; 2. Normas instituídas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio; 3. Recomendações dos Parâmetros e Referenciais Curriculares para a Educação Básica, elaborados pelo MEC.

As diretrizes gerais que norteiam o referido documento são: - A formação de professores para a educação básica deverá voltar – se para o desenvolvimento de competências que abranjam todas as dimensões da atuação profissional do professor, sendo que está se estende ao processo de formação continuada, enquanto instrumento norteador do desenvolvimento profissional permanente.

A escola de formação de professores para a educação básica deve, sempre que necessário, responsabilizar-se por oferecer aos futuros professores condições de aprendizagem dos conhecimentos da escolaridade básica, de acordo com a LDB e as diretrizes curriculares Nacionais.

Na formação de professores para a educação básica devem ser contemplados os diferentes âmbitos do conhecimento do professor. – A seleção dos conteúdos das áreas de ensino da educação básica deve orientar – se por, e ir além daquilo que os professores irão ensinar nas diferentes etapas de escolaridade. Os conteúdos a serem ensinados na escola básica devem ser tratados de modo articulado com suas didáticas específicas.

Educação inclusiva e formação docente no Brasil, a partir da portaria ministerial nº 1793, foi reconhecida a importância de complementar os currículos de formação de docentes e de outros profissionais que atuam em áreas afins, sendo recomendada a inclusão de disciplina específica focalizando aspectos ético-políticos relativos às pessoas com necessidades especiais, prioritariamente nos cursos de Pedagogia, Psicologia e em outras licenciaturas, assim como a inclusão de conteúdos específicos em cursos da área da Saúde e em outras áreas.

Na Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, há referência à inclusão e à formação de professores: A Educação Básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da Educação Básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos.

A Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, de uso das comunidades de pessoas surdas, os sistemas educacionais federal, estadual e municipal e do Distrito Federal são obrigados a garantir a inclusão da disciplina de Libras nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia, de Pedagogia e demais licenciaturas.

1.1 A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA REDE REGULAR DE ENSINO

A deficiência auditiva e a surdez apresentam características bem diferentes, porém ambas ocasionam uma limitação para o desenvolvimento do indivíduo, no caso da surdez implica na dificuldade de interação devido o comprometimento da perda auditiva, pois esta acarreta pouca socialização com as pessoas ouvintes e, portanto, necessitam de intervenções pedagógicas, familiares ou sociais para participar do mundo que o cerca.

Considerando que a audição é fundamental para a aquisição da linguagem falada, pois é uma ferramenta de comunicação do ser humano para interagir com o mundo e consigo mesmo através de símbolos verbais e acústicos e sua deficiência pode ocasionar muita dificuldade nas relações sociais, psicológicas e na interação.

O aluno surdo apresenta comprometimento em relação a linguagem oral, ou seja, a de se comunicar. A história da educação dos surdos é cheia de lutas e conflitos, que levou longos anos para ter a aceitação da sociedade. Os preconceitos sempre existiram, não é algo dessa sociedade, o fato é que, desde que o mundo é mundo, existem atitudes de preconceitos e exclusão de pessoas com deficiência. E somente na Idade Média que surgem registros mais precisos sobre a educação de surdos. É também nesse período que começam os primeiros trabalhos no sentido de educar a criança surda.

Na antiguidade chinesa, os surdos eram lançados ao mar, em Esparta os surdos eram jogados dos rochedos, entre os gregos e romanos, os surdos não eram considerados seres humanos competentes, não tinham direitos legais.

Assim começamos a caminhar em passos lentos para a história que temos e que conhecemos atualmente.

É verdade que muitas foram as lutas e poucas vitórias, mas isso não quer dizer que não há vitórias, apenas as conquistas que surgiram com o passar dos anos, assim conseguiram organizar sua comunidade e cultura adquirindo um jeito próprio de viver e conquistando o respeito ao uso da Língua de Sinais.

Em 1880, no congresso mundial de professores surdos, chegou-se à conclusão de que todos os surdos deveriam ser ensinados. A partir de então, os surdos brasileiros passaram a contar com uma escola especializada para a sua educação e tiveram oportunidade de criar a língua brasileira de sinais (LIBRAS). Sobre a cultura surda, Fernandes (2007, p.61) nos fala que“ [...] Os surdos transmitem sua cultura e língua visuais, de geração em geração, apenas quando da possibilidade da convivência efetiva entre adultos e crianças surdas”.

A partir do século XVI, pesquisadores como Rudolphus Agrícola (1543-1595), Girolamo Cardano (1501- 1575), Pedro Ponce de Leon (1520-1584), Juan Pablo Bonet e Adde Charles de Leppe (1712 – 17890), Samuel Heinicke (1727-1790), comprovaram que os surdos eram capazes de aprender a ler, escrever e calcular.

Até esse momento, os surdos utilizavam gestos para a comunicação e na família não havia comunicação, causando o isolamento do surdo em relação a aprendizagem pedagógica. O século XVIII foi considerado o período mais próspero para a educação de surdos. Nesse período houve a fundação de escolas destinadas ao ensino exclusivo de surdos. A cerca disso Sacks faz um comentário crítico sobre a educação de surdos. Aliás,

Esse período que agora parece uma espécie de época áurea na história dos surdos, testemunhou a rápida criação de escolas para surdos em todo mundo civilizado; a saída dos surdos da negligência e da obscuridade; sua emancipação e cidadania; a rápida conquista de posições de eminência e responsabilidade- escritores, engenheiros, filósofos e intelectuais surdos, antes inconciliáveis, tornavam-se subitamente possíveis (SACKS, 1989, p.37).

E mais uma vez a sociedade com sua forma de impor padrões, ditava que o surdo deveria ouvir com o uso de aparelhos e técnicas labial e falar com a ajuda de exercícios, para que a deficiência fosse superada e os surdos se encaixassem nos padrões. Fernandes (2007, p. 34 e 35) destaca que:

A utilização de gestos ou mímica, como eram denominados os sinais à época, significava caminhar em direção contrária ao avanço do aluno, e a oralização era necessária para que os contatos sociais dos Surdos não fossem restritos aos seus semelhantes.

Em oposição aos demais pesquisadores Charles Michel L' Epée criou um novo método com base no uso de sinais, que teve uma grande repercussão na década de 1780 e que se estendeu a vários surdos por toda Europa. (SKLIAR, 1997, P.30).

L'Epée acreditava que mímica seria a língua natural dos surdos. Com base nesse pensamento combinou os gestos com a gramática sinalizada. Esse método proporcionou que os surdos lessem e escrevessem e compreendessem o que lhe era dito com a ajuda de um intérprete.

Não se pode negar as contribuições de L'Epée em relação às conquistas educacionais dos surdos, pois pela primeira vez os surdos foram tratados com respeito e não como mero objetos como fez Heinicke. Entre tantas discussões sobre como educar os surdos, o que seria melhor para os surdos só consistia em um único erro, não perguntar para os maiores interessados o que eles pensavam a respeito dos métodos educativos, porém, o método de L'Epée não garantiu a autonomia da Língua de Sinais que ainda eram gestos.

A partir da década de 1960, o pesquisador americano Willian Stoke publicou estudos defendendo que a Língua de Sinais Americana seria como qualquer outra, com características e regras gramaticais próprias. A partir daí, surgiram diversos estudos sobre esse tema, contribuindo para a superação do oralismo, e introdução de uma nova visão sobre educação de surdos com base na Língua de Sinais.

No século XX, surgiram no Brasil o Instituto Santa Terezinha para meninas surdas (SP), a escola Concórdia (Porto Alegre – RS), a Escola de surdos de Vitória e Centro de audição e Linguagem Ludovico Pavoni em Brasília e várias outras que assim como INES e a maioria das escolas de surdos do mundo, passaram a adotar o Método Oral.

Atualmente, o INES é considerado pelo MEC como centro de Referência Nacional na área da surdez contando com Departamento de Planejamento e Administração, departamento Técnico Pedagógico e departamento humano Científico e Tecnológico.

A garantia do direito de todos à educação, a propagação das ideias de normalização e de integração das pessoas com necessidades educacionais especiais e o aprimoramento das próteses ortofônicas fizeram com que as crianças surdas de diversos países passassem a ser encaminhadas para as escolas regulares. Percebe-se que a pessoa com deficiência era vista como sujeito de direitos condicionados ao empenho das políticas públicas com a sua plena integração à vida social (SILVA, 2009).

1.2 INCLUSÃO: UM DIREITO ADQUIRIDO

Diante do contexto, só a partir da década de 1990 o Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a declaração mundial de educação para todos e ao mostrar consonância com os postulados produzidos em Salamanca, a partir do entendimento de que:

A tendência da política social durante suas últimas décadas foi o de fomentar a integração e a participação e de luta contra a exclusão. No campo da educação, essa situação se reflete no desenvolvimento de estratégias que possibilitem uma autêntica igualdade de oportunidades. (BRASIL, 1994, p. 23).

Nesse contexto, Alves (2001) destaca a importância dos estabelecimentos de ensino no processo de eliminação das barreiras que impedem a inclusão de pessoas especiais na escola regular, compreendendo que:

É indispensável que os estabelecimentos de ensino eliminem suas barreiras arquitetônicas, pedagógicas e de comunicação, adotando métodos e práticas de ensino escolar adequada às diferenças dos alunos em geral, oferecendo alternativas que contemplem a diversidade dos mesmos, além de recursos de ensino e equipamentos especializados, que atendam a todas as necessidades educacionais dos educandos, com e sem deficiência, mais sem discriminações (p. 74).

Nesse contexto, cabe a escola buscar meios que possibilitem a inclusão escolar efetiva desses alunos, organizando-se para oferecer uma educação de qualidade para todos. No caso de alunos surdos, é importante que a escola disponha de pessoal qualificado para lidar com essa especialidade.

A forma como a escola vai desenvolver o currículo com as crianças surdas também contribui para a efetividade desse projeto de inclusão, já que as habilidades e competências almejadas devem ser definidas de forma clara na proposta pedagógica da escola.

Para a inclusão do aluno surdo no ensino regular, é importante ter clareza de que o que faz a diferença na educação do surdo não é se a escola é especial ou se é escola comum, mais sim a excelência de seu trabalho, ou seja, o mais importante é que a escola tenha um programa pedagógico que atenda às necessidades do aluno com surdez, que ofereça capacitação para a comunidade escolar, que busque parcerias e que tenha, em seu quadro de profissionais, todos os elementos necessários para o desenvolvimento integral do aluno, tanto no aspecto intelectual quanto social.

Sobre esse aspecto, Sassaki (1997, p. 41) destaca que “[...] a inclusão da criança com surdez na escola regular requer uma boa preparação tanto do aluno quanto da escola, para que ambos se sintam capacitados a participar dessa integração”.

Dessa forma, pode se observar que para incluir um surdo em uma escola regular, há necessidade de preparação dos envolvidos no processo, não se pode “jogar” a criança surda alegando a necessidade de ter um atendimento cuidadoso, capaz de possibilitar o desenvolvimento de todo seu potencial, ou seja,

A inclusão no ambiente escolar consiste em: possibilitar à criança um desenvolvimento de seus limites pessoais e, não de padrões imposto socialmente; acreditar-se que a criança portadora de necessidades educacionais é capaz de uma aprendizagem rica e construtiva” (FELIPE, 1992, p. 45).

Assim, as crianças com necessidades educacionais especiais, que outrora iam para escolas especializadas, têm atualmente direito de estar matriculada em qualquer escola regular. Essa mudança gera um intercâmbio de experiência, de profissionais e de material, provocando a aproximação dos dois sistemas educacionais: o especial e o regular.

Na proposta atual, mais inclusiva, a criança com surdez participa do sistema educacional, não está fora dele. É esperado que ela, bem como professores e toda a escola, possuam dispositivos que auxiliem seu pleno desenvolvimento escolar, sem sacrifícios. Souza (1999, p. 35), compreende que “[...] a inclusão da criança com surdez em classe comum na

escola regular terá mais chances de sucesso se for gradativamente e resultar de um estudo de cada caso, individualmente”.

Sabe-se que, tanto no ensino comum quanto no especializado, o aluno precisa se sentir envolvido no processo de aprendizagem, participar de fato e ser capaz de fazer escolhas com responsabilidade, programando-se para o futuro. Felipe, (1992 p. 47), considera que é preciso possibilitar ao aluno “desenvolver-se dentro de suas possibilidades, ser produtivo para a sociedade em que vive demonstrando talento, aptidão e inteligência em relação em relação a determinados aspectos humanos e sociais”.

Outro aspecto relevante, segundo Felipe (1992), é o envolvimento da família, pois sua participação é fundamental para a inclusão do aluno surdo na escola ou na classe comum. Se não existir entrosamento da família e da criança surda com a escola e com o professor do ensino regular, risco de fracasso é grande principalmente para o surdo.

Portanto, uma proposta de inclusão escolar efetiva, permite o acesso democrático à escola e a troca de experiências, ao mesmo tempo em que promove desafios que interferem tanto no comportamento acadêmico quanto no social. Assim, a criança com perda auditiva deve ser acolhida dentro de uma proposta globalizadora, que valorize a escolaridade, os hábitos e as atitudes preparatórias para a vida adulta e que possibilite ao aluno torna-se responsável pelo próprio processo escolar e consciente de seus direitos.

1.3 CRITÉRIOS PARA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR DO ALUNO SURDO

A escola deve ter um ambiente que reflita a sociedade como ela é. E aos alunos com necessidades educacionais especiais incluídos deverão ter garantidos seu espaço e oportunidade.

Faz-se importante à previsão da função “dirigente da educação especial” que de acordo com as DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais) os sistemas de ensino devem construir e fazer funcionar um setor responsável pela educação especial, dotado de recursos humanos, materiais e financeiros que viabilizem e deem sustentação inclusiva.

Vê-se a construção de um sistema educacional exclusivo exige a transformação dos saberes e das práticas de todos os participantes da comunidade educacional e, portanto, o envolvimento ativo de todos. Há necessidade de um bom projeto político-pedagógico que comece pela reflexão, organização de ações e a participação de todos – professores, funcionários, pais e alunos, num processo coletivo de construção.

À medida que todos forem envolvidos na reflexão sobre a escola, sobre a comunidade e sobre os objetivos a serem alcançados por meio da ação educacional, a escola passa a ser vista como ela realmente é, de todos e para todos.

Sabe-se da necessidade e da urgência de se enfrentar o desafio da inclusão escolar e colocar em ação os meios pelos quais ela verdadeiramente se concretiza. Por isso, têm de recuperar o tempo perdido, arregaçar as mangas e promover uma reforma estrutural e organizacional das escolas comuns e especiais.

II OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Investigar a visão do professor sobre o processo de aprendizagem do aluno surdo.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Verificar como acontece o processo de inclusão de alunos surdos dentro da escola comum;
- Identificar os métodos e recursos utilizados no processo de inclusão desses alunos;
- Observar se os professores estão aptos para desenvolver atividades que favoreça a aprendizagem do aluno com deficiência.

III METODOLOGIA

3.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA METODOLOGIA

Diante da constatação de que inclusão alunos surdos na escola regular ainda é um desafio a ser superado, optou-se pela pesquisa de cunho qualitativo-descritivo, já que essa abordagem possibilita aprofundar as discussões sobre o tema, a partir da realidade cotidiana da escola, sem se ater a dados numéricos.

Ademais, o caminho metodológico permitiu verificar a complexidade dos problemas levantados, já que a pesquisa não se limitou apenas a fase de exploração de campo, mas, também, à definição de instrumentos e procedimentos para análise dos dados. Para Minayo (2003, p.43), “a pesquisa qualitativa possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões”. Assim,

[...] a pesquisa qualitativa é a que propicia melhores condições para a compreensão da dinâmica presente no cotidiano escolar e para realizar uma pesquisa é preciso promover um confronto entre dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele. (LUDKE E ANDRÉ, 1986, p.11)

Logo, a pesquisa qualitativa em educação tem seu foco na compreensão dos fatos, cujo objetivo é entender o comportamento dos sujeitos envolvidos. Dessa forma, temos a compreensão de que a pesquisa qualitativa não deve ser reduzida a quantidade e a números, já que valoriza os sujeitos envolvidos (LUDKE, 2004). Para Gil (2009, p.26), [...] o objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para os problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

3.2 CONTEXTO DA PESQUISA

O local escolhido para a pesquisa foi a Escola de Ensino Fundamental São José, localizada na Av. 17 de Novembro, nº 181, Centro, município de Cruzeiro do Sul – AC. Sua escolha se deu pelo fato de que a referida escola é uma das pioneiras em educação inclusiva e, não é à toa, que se tornou uma escola referência na cidade, pelo trabalho com educação especial. Escolhemos a escola porque atende vários alunos com deficiências, entre as quais, os alunos surdos. É a partir desse momento que começamos a refletir sobre a importância da escola para a comunidade surda.

A Escola, com sede na cidade de Cruzeiro do Sul – Acre foi fundada e inaugurada no dia 19 de março de 1948 pelo Bispo Diocesano (da época) D. José Hasher e faz parte do conjunto da Diocese de Cruzeiro do Sul, no Alto da Glória. Funcionava como Seminário Menor no local em que hoje existem as oficinas da Diocese. Foi o segundo estabelecimento particular de ensino da cidade e procurou sempre aprimorar os estudos de seus alunos que, na maior parte se constituem, hoje, de pessoas importantes na sociedade local.

O prédio foi construído em 1956, de dois pisos em alvenaria, dentro das exigências pedagógicas. Em 1959, foi construído o atual prédio, também como Seminário Menor e assim funcionou até 1964, quando começou, então, a receber alguns alunos externos.

Em 1968, ano em que os Irmãos Maristas vieram para o Acre, já não havia seminaristas na Escola, apenas 178 alunos da cidade. Serviu como Seminário até 1974, quando abriu suas portas para outros alunos. Em 1975 a escola passou a ser mista e em 1978 funcionou o 1º grau completo.

3.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Participaram da pesquisa três professores que atuam com alunos surdos, sendo eles: a professora “A”, com 29 anos de idade, formada em Ciências biológicas em licenciatura e alguns cursos que a escola oferece, mas, o que ela realmente almeja é o curso de LIBRAS, há dez anos trabalha na escola do 6º ao 9º ano.

A professora “B”, com 30 anos de idade, formada em licenciatura em história e com relação aos cursos fez o curso básico de libras e agora está concluindo o curso intermediário, trabalha em sala de aula há sete anos, sempre do 6º ao 9º ano.

O professor “C” com 35 anos, formado em matemática.

A escolha dos participantes deu-se por conveniência, em que a pesquisadora conhecia a escola e os participantes do estudo.

3.4 MATERIAIS

Os recursos utilizados para a realização do trabalho foram formulário para a entrevistas e observações, papel A4, canetas, tinta de impressora, gravador, documentos da instituição escolar, regimento interno, projeto político pedagógico, livros, computador, impressora, internet, recursos humanos como professores e alunos.

3.5 PROCEDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE DADOS

No primeiro momento foi feita uma visita a escola, na qual a pesquisadora se apresentou a gestora como aluna da Universidade de Brasília – UNB, do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar. A gestora, desde o início, demonstrou muita disponibilidade, fez um breve relatório oral sobre o corpo docente e discente da escola.

Em seguida, a gestora autorizou a pesquisadora a fazer o primeiro contato com professores, alunos, intérpretes e coordenadores pedagógicos. Em outro momento foi realizada a entrevista, no intuito de apresentar as informações corretas acerca da realidade da pesquisa de inclusão. Então, os professores aceitaram participar da entrevista e agendamos a entrevista, de acordo com a disponibilidade de cada um. Os professoras foram entrevistadas na escola em seus horários vagos, que chamamos também de “janela”, na biblioteca.

A entrevista foi elaborada com questões semiestruturadas, com o objetivo de buscar dados que fornecessem informações sobre o que eles entendiam por inclusão. A opinião sobre o processo de inclusão dos alunos Surdos em turma de ensino regular e a formação profissional.

As entrevistas duraram em média treze minutos, os professores demonstraram tranquilidade em responder as perguntas. Foi possível observar que na sala de aula a professora “B” tem uma interação bastante significativa com a aluna surda pois a mesma faz uso da língua de sinais facilitando a aprendizagem.

3.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

Para a análise de dados realizamos os registros das sessões, por meio de anotações escritas do ocorrido em cada entrevista com os professores. Em cada registro, seguimos as perguntas e recortamos trechos de fala de cada professor e articulamos com a teoria.

IV RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, apresentamos os resultados em forma de trechos de respostas dos professores que mais nos chamaram a atenção, conforme as perguntas. Depois, relacionamos as falas dos participantes com a literatura.

Ao indagarmos o significado do processo de inclusão dos alunos Surdos em turma de ensino regular para os professores, as Professora A, B e C responderam que:

A inclusão desses alunos hoje está bem melhor uma inclusão que a gente pode considerar já realmente ainda com algumas observações a serem feitas, hoje o aluno tem um professor que auxiliar que faz a intervenção entre ele os demais na sala de aula, para mim hoje talvez o que tenha que saí seja esse professor que faz a ponte porque o padrão que se espera e que esse professor tenha domínio.

Hoje já percebemos, os alunos estão mais presentes na sala de aula do ensino regular em relação a antes. O pontapé inicial é que os docentes tomem a decisão de realmente tornar a inclusão uma realidade e não apenas algo escrito em leis.

Vejo o aluno surdo como qualquer outro, ela tem as mesmas capacidades que os outros, se eles tiverem as mesmas oportunidades vão longe.

De fato, a inclusão escolar só acontece quando o professor consegue inserir o aluno no grupo, de modo que se sinta parte dele. É um processo que busca a igualdade; que dá direitos iguais a todos, sem qualquer tipo de preconceito. Assim, a inclusão possibilita aos que são discriminados em razão de sua necessidade especial, da classe social ou da cor da pele, que, por direito, ocupem seu espaço na sociedade.

Outro fato importante refere-se à formação dos profissionais da área, uma vez que exercem um papel preponderante no processo de garantir a todos o direito a educação, com base nos dados que coletamos. Foi possível verificar que as professoras pesquisadas possuem cursos de especialização na área de Libras, o que facilita sobremaneira a prática pedagógica.

Porém, mesmo que todas as professoras tenham realizado cursos na área de língua de sinais, ainda referem dificuldades no trabalho com as crianças surdas, não apresentando domínio considerável dessa técnica, nem fazem uso da Língua de Sinais com frequência em sala de aula.

Dessa forma, o porque o trabalho com surdos exige dedicação e competência, pois o campo de atuação da educação inclusiva requer preparo; conhecimento, domínio teóricos e práticos por parte dos professores. Aliás, a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Brasileira, em seu artigo 18, define que os professores para serem considerados capacitados a

atender aluno com necessidades educacionais especiais na classe comum devem comprovar que em sua formação, foram incluídos conteúdos sobre a educação especial.

Quando indagarmos sobre a construção do conhecimento e a metodologia do professor, na organização do trabalho pedagógico, observou-se que a Professora A se utiliza de materiais com imagens que facilitam na comunicação. A professora B, refere dificuldade diante de *“[...] conteúdos que apresenta palavras que não tem sinal na língua de sinais, por que é necessário trabalhar com datilologia e nem sempre eles conseguem gravar essa informação a contexto”*.

O professor C refere que utiliza *“mais imagens, pois os alunos percebem detalhes, é mais próximo da realidade, principalmente porque o aluno surdo aprende muito com o visual”*.

Logo, observou-se que as professoras fazem uso de materiais voltados para o visual, gestos, dramatizações, pois percebem que há um melhor entendimento por parte dos alunos surdos e ao planejarem suas aulas levam em conta as necessidades individuais, procurando atender esses alunos de acordo com suas dificuldades.

Os professores precisam receber o desafio de perceber as diferenças metodológicas e educacionais que envolvem a cultura do aluno Surdo, caminhando dessa forma para a efetiva inclusão. Luckesi (1999, p. 26) admite que:

O profissional que se dedica à atividade de intencionalidade, cria condições de desenvolvimento de conduta desejáveis, seja do ponto de vista do indivíduo seja do ponto de vista do grupamento humano”. O educador é o mediador, o construtor junto com o educando. Ele tem intenções, no seu ato de educar, de fazer o discente desenvolver-se como ser pessoal e social, e estar preparado para as circunstâncias adversas da vida.

Ao perguntarmos sobre a maneira que as atividades realizadas em sala favorecem a aprendizagem do aluno, a professora A respondeu que *“é necessário que algumas sejam direcionadas como por exemplo, a utilização de muitas imagens, mais esquemas, apontamentos para palavras chaves”*.

Já a professora B referiu *“[...] recursos visuais, como imagens, trechos de filmes trazendo para sala de aula objetos referentes ao conteúdo, já que o aluno usa bastante a visão para explorar o conhecimento”*.

O professor C diz *“[...] A aluna tem alguns aplicativos em matemática no tablet e tem ajudado muito. (cálculo de perímetro e áreas de figuras planas) e tem um aplicativo muito bom que ela mesmo encontrou”*.

Nesse ponto, vale ressaltar que a comunicação é a primeira das várias barreiras que o professor encontra quando se depara com um aluno surdo em sua sala de aula. O primeiro sentimento para a maioria dos professores que recebe um aluno com surdez na sala de aula talvez seja a insegurança expressada com falas do tipo: “não sei lidar com ele”; “como vou fazer para me comunicar?”; “não estou preparado para isso”; “não sou especialista em surdez”, etc.

De fato, a língua de Sinais é uma língua espacial-visual e existem muitas formas criativas de explorá-la. Configuração de mão, movimentos, expressões faciais gramaticais, localizações, movimentos de corpo, espaço de sinalização, classificadores são alguns dos recursos discursivos que a Libras oferece para serem explorados.

De modo que é importante favorecer a atividade própria dos alunos; organizar as atividades de aprendizagem em pequenos grupos; possibilitar que os alunos realizem tarefas diversas; utilizar métodos visuais de comunicação; uso de materiais diversificados (jornais, revistas, propagandas, noticiários, filmes, computador, televisão, cartazes, etc.).

Segundo Coll et al (2004, p. 190), independente da área, deve se dar mais ênfase aos procedimentos de aprendizagem, e não tanto à acumulação de informação. É preciso que o professor conheça as reais necessidades do aluno para que ele possa acreditar e ter mais confiança no seu trabalho, para que aconteça realmente essa aprendizagem que tanto almejamos. Sobre esse aspecto, a professora A observa que:

[...] já se avançou muito nesta questão, mas ainda não chegamos aonde gostaríamos esses alunos ainda são presos a presenças do professor intérprete na sala de aula se não tem o professor pronto o regente raramente tem domínio da libra para poder lidar com esses aluno e aí essa liberdade que ele deveria ter no aprendizado por exemplo fica totalmente limitado e comprometida.

Para a professora B a inclusão ainda tem uma estrada longa pela frente, os direitos existem principalmente no papel, mas *“[...] quando é posto em prática tem muitas dificuldades e só percebemos quando estamos atuando no dia a dia. Eu acredito que ainda deixa muito a desejar em relação aos direitos que lhe é devido”*.

Para o professor C: *“com certeza, fico imaginando o surdo alguns anos atrás que não teve a oportunidade que eles tem agora. Hoje ela está tendo a oportunidade, ela vai longe”*.

É inegável que os benefícios trazidos pela inclusão à comunidade escolar é a quebra do preconceito, o que se explica, ainda e em parte, pela necessidade de convivência com essas pessoas para perceber que elas são, em primeiro lugar, seres humanos, com os mesmos

desejos, vontades, a oportunidade de conhecer o novo, demonstrando sensibilidade nesta questão.

Sabemos da importância do professor em aceitar o aluno surdo é importante desenvolver uma prática pedagógica que queira acolher o aluno surdo na sala de aula regular. Para a professora A *“[...] é preciso uma pratica diferenciada para o aluno surdo em sala de aula. Ou seja, para incluir é preciso diferenciá-lo em sala de aula”*.

Destacamos a pertinência dessa observação, uma vez que a inclusão de alunos especiais em escolas regulares exige uma pratica pedagógica diferenciada. Ou seja, se o professor quiser ensiná-los da mesma forma que ensina aos demais, certamente a aprendizagem não irá fluir de forma adequada. Logo, para incluir, é preciso diferenciar, pena de se produzir um processo de inclusão que, no cerne, é de fato exclusão.

No entanto, é importante pensar na necessidade de mudança em relação ao professor bem como nos instrumentos que são colocados à sua disposição para que realize esse trabalho. Assim, a utilização das estratégias de ensino deve ser resultado de seu processo de formação, porém, não é possível exigir ações pedagógica se o professor não tiver um ambiente com recursos que garanta a efetividade de uma prática pedagógica inclusiva.

O professor deve desenvolver estratégias pedagógicas que despertem o interesse do aluno surdo. No entanto, em muitas escolas, o ensino é transmitido pelos professores numa perspectiva tradicional, sem levar em consideração as necessidades especiais do aluno surdo. Sendo assim, este aluno não desenvolve uma aprendizagem significativa.

Isso porque, de acordo com a professora A, esses alunos *“[...] são inteligentes, capazes de realizar as atividades escolares com eficiência. ”*Aliás, importante foi observado que se tratam de alunos extremamente inteligentes, a maioria desenha muito bem e se comunicam com perfeição através da língua de sinais”.

A professora B reforça que esses alunos *“[...] desenvolvem muito bem a percepção e são detalhistas e dedicados”*. Já para o professor C: *“com certeza, pois a limitação é somente em ouvir, tem as mesmas capacidades dos outros alunos se tiverem as mesmas oportunidades vão chegar como qualquer outro aluno”*.

Ou seja, são alunos que possuem desenvolvimento intelectual normal, fator este que contribui para mostrar para a escola, que, independentemente do fato de serem alunos surdos, são bons aprendizes e que necessitam somente de condições para poderem acessar e produzir conhecimento.

Quanto ao processo de avaliação desses alunos, foi observado que todos realizam as mesmas atividades dos demais ditos normais, muitos dos quais com maior aproveitamento. Nesse sentido, a professora A destaca a:

[...]capacidade de responder questões objetivas e subjetivas, agora quando forem questões subjetivas. Os alunos são avaliados da mesma forma dos outros no contexto diário. Aspectos como participação, avaliações escritas e de múltiplas escolhas, trabalhos em grupo e atividades de fixação são rotinas da avaliação que é formativa, de modo que os alunos surdos sejam vistos da mesma forma que demais em relação a sua capacidade intelectual.

De fato, essa é uma medida que se apresenta plausível, uma vez que pensar diferente seria duvidar da capacidade desses alunos. No entanto, importa frisar que todas as atividades de avaliação devem ser planejadas e realizadas considerando que os alunos surdos, embora dotados da mesma capacidade intelectual dos demais, possuem uma desvantagem que é a falta de audição, que, por vezes, afetam a fala. Tal fato, exige um planejar diferenciado e uma prática avaliativa igualmente diferenciada e talvez mais atenta.

Os professores entrevistados relataram sobre as facilidades e dificuldades em ensinar alunos especiais. Em geral, para as professoras, referem dificuldades em trabalhar com alunos especial surdos, principalmente por não dominarem a língua de sinais, muitas vezes, não sabendo se comunicar diretamente com aluno, para o que, necessita de interprete. Tal fato prejudica a aprendizagem. Já as facilidades foram associadas ao interesse de cada um, estão sempre atentos, querendo aprender e a socializar-se com os demais alunos.

Outro fato é que o trabalho com aluno surdo aumenta as responsabilidades, já que é preciso buscar meios que possam possibilitar o entendimento melhor do conteúdo com eles, o que implicar, fugir da rotina, mover-se para outro lado. São medidas necessárias, porém trabalhosas que exigem dedicação e comprometimento.

Desse modo, a inclusão de alunos especiais na escola regular depende, em grande parte do professor, não apenas de sua formação, mas, sobretudo de seu interesse em receber o aluno; de sua disponibilidade em fazer o diferente, e, muitas vezes, até mesmo de fazer o impossível acontecer na vida desses estudantes.

Portanto, ser capacitado no banco da escola; ter um diploma acadêmico ou de interprete de libras não é suficiente para ensinar a quem se comunica em libras. Antes de mais nada é preciso ter disponibilidade para buscar. Para ir além do diploma. Além do certificado. É se incomodar e incomodar. Sair da rotina em nome de um propósito específico: ajudar essas crianças e jovens a aprender mais; a se sentirem incluídos, parte de uma escola que seja efetivamente de todos e para todos.

V CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constituição garante a todos o direito a educação e ao acesso escolar. Ao mesmo tempo em que frequentam a classe comum, os alunos precisam de apoio pedagógico e didático o que oportunizará na escola. A maioria dos professores hoje tem conhecimentos dos direitos dos alunos com deficiência no processo educacional escolar.

A atual política educacional garante o direito dos alunos surdos à educação e que os mesmos sejam incluídos na escola regular de ensino. No entanto, devemos analisar como o aluno surdo está sendo atendido em suas especificidades, se há oportunidade de permanência e de aproveitamento dentro desse espaço educacional. Sabem que os alunos precisam ser respeitados e aceitos nas escolas, porém compreendem a importância do desenvolvimento e aprimoramento dos alunos.

Além de desenvolver suas potencialidades cognitivas e as demais habilidades. Foi um longo período de leitura, observação, muitos dias escrevendo, ou seja, transformando a prática em texto e conciliando com as já existentes. Ainda com este trabalho tentamos construir uma reflexão acerca da dificuldade do professor em sala de aula ao trabalhar com aluno surdo.

Dessa forma, nosso objetivo era saber como professor ouvinte e aluno surdo conseguem cumprir seus papéis no processo de ensino aprendizagem. Vimos na introdução uma pequena revisão histórica e as principais ideias desse trabalho. Como também, o histórico da educação de surdo no Brasil e a formação docente do educado.

Na introdução também falamos da metodologia utilizada para a coleta de dados. Ainda falamos sobre Língua de Sinais. Vimos a importância da Língua de Sinais para as comunidades surdas. Dessa forma, iniciamos a conversa sobre a dificuldade do professor em sala de aula ao trabalhar com aluno surdo, onde são apresentadas algumas perspectivas sobre a forma de transmitir conhecimento ao aluno surdo, questão essa que tem levantado muitas discussões, pois muitas escolas não fazem alusão ao uso da Língua de Sinais e não sabem como se comunicar com os alunos surdos.

Por fim, as impressões referentes a esse trabalho, sendo considerada uma análise de dados de onde tiramos nossas conclusões. Como também um breve histórico da escola, para podermos compreender sobre o processo de inclusão. Com esse trabalho poderemos mudar algumas concepções acerca da surdez desde seu contexto histórico até os dias atuais. Foram muitas as lutas para que os surdos saíssem das escolas especiais e fossem inseridos nas escolas regulares.

É preciso que a comunidade escolar: professores, alunos, pais e funcionários aceitem essa mudança e abracem essa causa tão importante que é a inclusão do surdo no ensino

regular de forma natural. O Ideal seria a escola ser bilíngues onde professores e alunos soubessem Língua de Sinais.

Assim, a interação entre professor e aluno seria bem maior, pois não existiriam barreiras para se comunicar e tornaria a aprendizagem atrativa para o surdo e não algo mecânico. Como na maioria das vezes faz por ser pressionado pelo sistema de ensino que sonhamos com um ensino - aprendizagem voltado para o desenvolvimento crítico de todos os educandos.

A atual política educacional garante o direito dos alunos surdos à educação e que os mesmos sejam incluídos na escola regular de ensino. No entanto, devemos analisar como o aluno surdo está sendo atendido em suas especificidades, se há oportunidade de permanência e de aproveitamento dentro desse espaço educacional e possamos ter uma escola que respeite a diferença e que realmente seja inclusiva não apenas em um discurso vazio, mas em seu currículo, sua prática.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **A escola que sempre sonhei sem pensar que pudesse existir**. 1ª ed. Campinas: Papirus, 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, Brasília.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília 2010.

BRASILIA. **Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

COLL, César. et al. **Desenvolvimento Psicológico e Educação**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 3 v. **Desenvolvimento humano, educação e inclusão escolar**. / Celeste Azulay Kelman [et al.]; coordenação de Diva Albuquerque e Silviane Barbato. – Brasília: Editora UnB, 2010. 280 p. : il. color. ; 23cm.

FELIPE, Tanya; MONTEIRO, Myrna S. **LIBRAS em contexto**. Curso Básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/ Secretaria de Educação Especial, 2001.

FERNANDES, Sueli. **Educação Especial e Educação Inclusiva: Educação de Surdos**. Curitiba: Ibtex, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas. 2009.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas**. 8. Ed. São Paulo: EPU, 2004.

LUCKESI, Cipriano Carlos. O Papel da Didática na Formação do Educador. In. CANDAU, Maria Vera (org.). **A Didática em Questão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MINAYO, Maria; DESLANDES, Suely; Gomes, Otávio. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

SANCHES 2, Dra.Pilar Arnaiz. **Qualidade e eficácia para todos os alunos: A educação inclusiva. Inclusão.** Brasília, nº 01. Out.p.11 a 17.2005.

SILVA, Silvana Correia et al. As contribuições da psicologia na educação de surdos: o caso do Centro de Educação Especial do estado da Bahia. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA, DEFICIÊNCIA E CONTEXTO SOCIAL: questões contemporâneas**, p. 171, 2009.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SACKS, O. **Vendo vozes - uma viagem ao mundo dos surdos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SKLIAR, Carlos (Org.). **Surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 1997

APÊNDICE

APENDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA AS PROFESSORES

1- Sabemos que a história da educação inclusiva é cheia de lutas e conflitos que levaram longos anos para ter aceitação da sociedade. Nos dias atuais, qual sua opinião sobre o processo de inclusão dos alunos Surdos em turma de ensino regular?

2 - Qual a sua formação? Algum curso, especialização, ou formação na área de educação inclusiva?

3- Nessa reflexão sobre a construção do conhecimento do professor, na organização do trabalho pedagógico em sala de aula, quais as metodologias utilizadas em sala de aula no processo de aprendizagem do aluno surdo?

4-As atividades desenvolvidas na sala de aula favorece a aprendizagem do aluno com deficiência? Por quê?

5 - Para alguns autores o marco desse novo contexto todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos, diante disso você considera que essa afirmação é pertinente ao contexto atual?

6- Você enquanto professora (o) acredita em uma prática pedagógica diferente para acolher o aluno surdo na sala de aula regular?

7-Quais as potencialidades que os alunos Surdos apresentam?

8 - Você acredita que é necessário haver uma revisão das práticas educacionais e mudanças na forma como os recursos são distribuídos e disponibilizados para atender as necessidades dos surdos ou da maneira que se encontra está bom?

9 - Como acontece o processo de avaliação do aluno surdo?

10 - Quais as facilidades e dificuldades em ensinar alunos especiais?

APENDICE B: TRANSCRIÇÃO DAS RESPOSTAS À ENTREVISTA

Resposta: **professora A**

1-A inclusão desses alunos hoje está bem melhor uma inclusão que a gente pode considerar já realmente obedecendo o significado da palavra inclusão, ainda com algumas observações a serem feitas, hoje o aluno tem um professor que auxílio que faz a intervenção entre ele os demais na sala de aula, pra mim hoje talvez o que tenha que saí seja esse professor que faz a ponte porque o padrão que se espera e que esse professor tenha domínio. Acredito que daqui alguns anos chegaremos a esse patamar.

2- Ciências biológicas em licenciatura e alguns cursos que a escola oferece em parceria, não faz o que ela realmente almeja que é o de LIBRAS

3 - Algumas sim, nem todas, o aluno com deficiência, dependendo sua deficiência no caso da surdez ele se limita a compreender palavras que não tem sinal por exemplo para ele é muito difícil quando tem um conteúdo que apresenta esse tipo de palavra onde não tem sinal na língua deles é difícil por que eles tem que passar datilologia e nem sempre eles conseguem gravar essa informação a contexto.

4-Algumas sim, nem todas, o aluno com deficiência, dependendo sua deficiência no caso da surdez ele se limita a compreender palavras que não tem sinal por exemplo para ele é muito difícil quando tem um conteúdo que apresenta esse tipo de palavra onde não tem sinal na língua deles é difícil por que eles tem que passar datilologia e nem sempre eles conseguem gravar essa informação a contexto.

5-É o que se busca, mas ainda não é a realidade do contexto atual, a surdez ainda limita essa capacidade para essas pessoas, já se avançou muito nesta questão mas ainda não chegamos a onde gostaríamos esses alunos ainda são presos a presenças do professor intérprete na sala de aula se não tem o professor pronto o regente raramente tem domínio da libras para poder lidar com esses aluno e aí essa liberdade que ele deveria ter no aprendizado por exemplo fica totalmente limitado e comprometida.

6 - Sim e com cautela, porque se é para incluir. Você vai ter o aluno surdo em sala e você vai fazer tudo diferente para ele, não é inclusão, você está com ele em sala de aula, tornando-o diferente dos outros, por estar fazendo atividade diferenciada, mas ao mesmo tempo é necessário que algumas sejam direcionadas como por exemplo a utilização de muitas imagens, mais esquemas, apontamentos para palavras chaves e na hora de avaliar, de corrigir uma avaliação do aluno surdo como uma produção textual por exemplo tem que levar em consideração a dificuldade que ele tem de usar preposições, artigos, por que em libras isso não existe e ele escreve muito semelhante ao que ele fala e aí esses textos todos terão essas características, então o professor (a) deveria ter a sensibilidade de compreender o que o aluno conseguiu produzir diante com o conteúdo estabelecido, mas também diante da limitação da língua que ele fala possui.

7 - São inteligentes para alguns são surpreendentes, o que na realidade é normal porque ele só tem a deficiência que é a surdez. São extremamente inteligentes, as maiorias desenhavam muito bem tem uma habilidade muito boa para o desenho, talvez seja uma forma de refúgio para alguns como não tem a fala oral eles se refugiam muito nos desenhos e a capacidade de leitura labial de alguns são impressionante de compreender mesmo sem ter a libras só observando os lábios e alguns tem a capacidade de formar opiniões e expressar isso nesse texto que para eles é o mais difícil.

9 - Alguns sim. Como por exemplo, o professor intérprete na sala de aula, esse é um recurso que acredito que daqui alguns anos isso deve sair de cena, e o professor regente deverá ter essa habilidade para lidar com os alunos e isso é muito importante, porque ainda ter o professor intérprete na sala de aula como recurso perante os demais isso o torna diferente, quando o professor sair de cena vai dar a sensação tanto para o aluno surdo como para os demais colegas que ele tem a mesma capacidade dos demais para acompanhar a aula.

10 - Igual. É a mesma prova, ela tem capacidade de responder questões objetivas e subjetivas, agora quando forem questões subjetivas deve ter a atenção de corrigir desconsiderando para uso de português, que ela não vai fazer adequadamente, gramaticalmente falando.

11 - O grau de dificuldade ao trabalhar com aluno especial acredita que seja por conta, no meu caso, não saber se comunicar diretamente com aluno surdo é muito ruim e de certa forma prejudica a aprendizagem. Já as facilidades estão associadas ao interesse de cada um, estão sempre atentos, querendo aprender e a socializar-se com os demais alunos.

APENDICE C: TRANSCRIÇÃO DAS RESPOSTAS À ENTREVISTA

Resposta: **Professora B**

1-Então hoje já percebemos, os alunos estão mais presente na sala de aula do ensino regular em relação a antes, então esse processo apesar de lento ele tem acontecido. Na escola estão sendo acolhidos e estamos trabalhando com ele na sala de aula.

2-Formada em licenciatura em história e com relação aos cursos fiz o curso básico de libras e agora estou concluindo o curso intermediário.

3-Ao perceber logo no início quando eu me deparei com os alunos e não tinha formação nenhuma foi uma dificuldade muito grande para mim, por que eu tive que perceber e procurar metodologias que chamassem a atenção deles e que facilitasse o entendimento. E essas metodologias que estou usando é mais imagens pois eles percebem detalhes, é mais próximo da realidade, é porque percebemos que o aluno surdo ele aprende muitos conhecimentos com o visual.

4 -Com certeza, ele é preparado para enfrentar a vida. Ele vai fazer o ENEM, concurso e lá ele não vai sentir diferença. Ele vai ter que está conversando. Por mais que ele tenha dificuldade e eu tenha que adaptar algumas metodologias em relação ao conteúdo. Eu vou avaliar como qualquer outro, essa vai fazer com que ele se sinta igual aos outros, sentindo-se incluso aos demais.

5 A inclusão ainda tem uma estrada longa pela frente, os direitos existem principalmente no papel, mas quando é posto em prática tem muitas dificuldades e só percebemos quando estamos atuando no dia a dia. Eu acredito que ainda deixa muito a desejar em relação aos direitos que lhe é devido.

6 Diferente em parte, devemos explorar o visual.

7-Desenvolve muito bem a percepção é detalhista, dedicada, interessada, isso faz com que ela aprenda como qualquer outro aluno.

8-Acredito que sim, precisamos buscar formas inovadoras, deveria ter mais material didático.

9-Avalia da mesma forma dos outros no contexto diário. Participação, porque o aluno participar, as avaliações escritas, podemos olhar em múltiplas escolhas.

10-O grau de dificuldade de se trabalhar com aluno que possui deficiência só aumenta no requisito de atividades, por que precisamos buscar meios que possam possibilitar o entendimento melhor do conteúdo com eles. No caso imagens, atividades avaliativas adaptadas de forma que eles possam ter um pouco mais de facilidade. Com relação as facilidades, depende do aluno. No caso da aluna, que hoje eu trabalho com ela, eu percebo que a atenção dela é muito maior do eu a maioria dos alunos. E dependendo do aluno com quem você trabalha, eu percebo que os alunos com deficiência auditiva, eles tendem a te depositar uma atenção maior do que qualquer outro aluno. Até porque o recurso que eles possuem para adquirir o conhecimento é exatamente esse, a atenção, a visão, então essa é uma das facilidades. Na maioria das vezes essa clientela é uma clientela muito atenta, muito dedicada, e digo isso com experiência de quatro anos que já trabalhei com esses alunos.

APENDICE D: TRANSCRIÇÃO DAS RESPOSTAS À ENTREVISTA

Resposta: **Professor C**

- 1- Vejo o aluno surdo como qualquer outro, ela tem as mesmas capacidades que os outros, se eles tiverem as mesmas oportunidades vão longe.
- 2- Licenciatura em matemática, TDH – LIBRA.
- 3- Material com imagens
- 4- A aluna tem alguns aplicativos em matemática no tablet e tem ajudado muito. (cálculo de perímetro e áreas de figuras planas) e tem um aplicativo muito bom que ela mesmo encontrou.
- 5- Com certeza, fico imaginando o surdo alguns anos atrás que não teve a oportunidade que eles tem agora. Hoje ela está tendo a oportunidade, ela vai longe.
- 6- Com certeza no sentido de trazer para sala de aula mais recurso que possibilite a aprendizagem, pois a limitação do aluno surdo é somente em ouvir, tem as mesmas capacidades dos outros alunos se tiverem as mesmas oportunidades vão chegar como qualquer outro aluno.
- 7- São atenciosos, observadores e assíduos, como qualquer outro aluno normal que se esforça essa limitação dela faz com que ela se esforce até mais do que os outros, principalmente, quando a intérprete falta, eu tenho que dobrar a atenção para ela.
- 8- Com certeza, apesar de ter uma ajuda muito grande que é das intérpretes, eu pelo menos se não tivesse ajuda de intérpretes teria muita dificuldade em passar alguns conteúdos mais complexos para ela, ela serve como uma ponte, se nós tivéssemos essa formação para nós seria o ideal.
- 9- Os alunos são avaliados da mesma forma que os outros.
- 10- Em relação as dificuldades acredito que seja por conta de não ter domínio da comunicação direto com eles através da língua de LIBRAS ,em relação as facilidades são várias, como por exemplo são atenciosos e dedicados quando faltam se preocupam em recuperar o que perderam.

ANEXOS

ANEXO A: TERMO DE ACEITE INSTITUCIONAL



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. _____ (nome completo do responsável pela instituição),
 da _____ (nome da instituição) está de acordo com a realização da pesquisa
 de responsabilidade do(a) pesquisador(a) _____
 aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de
 Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de
 Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre. _____

O estudo envolve a realização de _____ (entrevistas,
 observações e filmagens etc) do atendimento _____ (local na
 instituição a ser pesquisado) com _____ (participantes da pesquisa). A
 pesquisa terá a duração de _____ (tempo de duração em dias), com previsão de início em _____ e
 término em _____.

Eu, _____ (nome completo do responsável pela
 instituição), _____ (cargo do(a) responsável do(a) nome completo da
 instituição onde os dados serão coletados, declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em
 especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidade como instituição
 coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos
 sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e
 bem-estar.

_____ (local), ____/____/____ (data).

Nome do (a) responsável pela instituição

Assinatura e carimbo do(a) responsável pela instituição

ANEXO B: TERMOS DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO



Universidade de Brasília – UnB
 Instituto de Psicologia – IP
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Pais ou Responsáveis,

Sou estudante do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil-Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre **o processo de inclusão de um estudante com deficiência, Transtorno Espectro Autista ou Altas Habilidades/Superdotação no contexto educacional**. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

Constam na atividade de observação _____ (RELACIONAR O QUE SERÁ FEITO: POR EXEMPLO gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola, próprias das NEEs , INCLUSÃO, ETC e, ainda, entrevistas (gravadas em áudio) com os professores no intuito de identificar os processos de aprendizagem do estudante surdo.). Para isso, solicito sua autorização para que seu (sua) filho (a) participe do estudo.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária. Seu (sua) filho (a) poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que a identificação de seu (sua) filho (a) não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o (a) senhor (a) poderá me contatar pelo telefone ou no endereço eletrônico [.....](#). Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Estudante do curso em EsDH _ UAB – UnB

Sim, autorizo a participação de meu (minha) filho (a) _____
neste estudo.

Nome: _____

Assinatura: _____

E-mail (opcional): _____

Local e Data: _____